

**ATA DA 10ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, DO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2021, REALIZADA EM AMBIENTE VIRTUAL.**

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte um, às 9h, por meio virtual, reuniu-se extraordinariamente o Colégio de Procuradores de Justiça, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça **Cleandro Alves de Moura**. Presentes os Procuradores de Justiça **Teresinha de Jesus Marques, Alípio de Santana Ribeiro, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, Antônio Ivan e Silva, Martha Celina de Oliveira Nunes, Catarina Gadêlha Malta de Moura Rufino, Lenir Gomes dos Santos Galvão, Hosaias Matos de Oliveira, Fernando Melo Ferro Gomes, Teresinha de Jesus Moura Borges Campos, Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando, Aristides Silva Pinheiro, Zélia Saraiva Lima e Clotildes Costa Carvalho**. Ausentes, justificadamente, os Procuradores de Justiça **Antônio de Pádua Ferreira Linhares (ferias), Rosângela de Fátima Loureiro Mendes, (justificativa), José Ribamar da Costa Assunção (justificativa), Luís Francisco Ribeiro (férias), Hugo de Sousa Cardoso (justificativa) e Antônio de Moura Júnior (justificativa)**. O Presidente cumprimentou a todos e desejou uma excelente e profícua semana. Em seguida, verificou o quórum regimental e declarou aberta a sessão. Passou-se ao primeiro item da pauta. **1) Discussão e aprovação da ata da 9ª sessão deliberativa extraordinária realizada em 08 de outubro de 2021**. O Presidente submeteu a ata à apreciação do Colegiado, que foi aprovada, por unanimidade, sem retificação. Antes de passar ao item 2, o Procurador de Justiça Aristides Silva Pinheiro pediu a palavra para apresentar voto de pesar pelo falecimento do Senhor Raimundo Daltro Galvão, conhecido como Mundote, tabelião aposentado do Cartório de Registro de Imóveis de Pedro II e pai do Desembargador Olímpio Galvão. O voto foi acompanhado pelo Procurador-Geral, Cleandro Alves de Moura, e pelos Procuradores de Justiça Fernando

Melo Ferro Gomes, Clotildes Costa Carvalho, Teresinha de Jesus Moura Borges Campos, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, Zélia Saraiva Lima e Lenir Gomes Santos Galvão. A Procuradora de Justiça Clotildes Costa Carvalho propôs voto de pesar pelo falecimento da Senhora Raimunda Linhares, tia do Procurador de Justiça Antônio de Pádua Ferreira Linhares. O voto foi acompanhado pelos Procuradores de Justiça Antônio Ivan e Silva, Fernando Melo Ferro Gomes, Teresinha de Jesus Moura Borges Campos, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, Zélia Saraiva Lima e Lenir Gomes dos Santos Galvão. O Procurador de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes propôs voto de pesar pelo falecimento do Senhor Raimundo Nonato Ferraz de Carvalho, pai do seu assessor Franklin de Sousa Ferraz. O voto foi acompanhado pelas Procuradoras de Justiça Teresinha de Jesus Moura Borges Campos, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, Zélia Saraiva Lima e Lenir Gomes dos Santos Galvão. Após, os votos foram submetidos à votação e aprovados por unanimidade pelo Colegiado. Passou-se ao item **2) Considerações gerais sobre a implantação da Ouvidoria das Mulheres, no âmbito da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Piauí.** O Presidente passou a palavra à Procuradora de Justiça Teresinha de Jesus Moura Borges Campos, Ouvidora do Ministério Público do Estado do Piauí. Inicialmente, a Dra. Teresinha Borges esclareceu que a Ouvidoria das Mulheres foi instituída no âmbito da Ouvidoria Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público, através da portaria nº 77/2020, cuja finalidade maior é o recebimento de denúncias, reclamações e demandas relacionadas à mulher, bem como fazer o devido encaminhamento destas às autoridades competentes. Ressaltou que a Ouvidoria das Mulheres recebe qualquer tipo de denúncia relativa à violência contra as mulheres, e não apenas relacionadas à violência doméstica. Explicou que muitas Ouvidorias das Mulheres no âmbito do Ministério Público foram implantadas por meio de resolução conjunta entre o MP e a Ouvidoria, porém a Ouvidoria das Mulheres do MPPI, por sugestão do Promotor de Justiça Maurício Gomes de Souza, foi formalizada sua implantação pelo Ato PGJ nº 1095/2021, que inseriu um capítulo no Regimento Interno da Ouvidoria. Falou sobre a necessidade de capacitação da equipe da Ouvidoria das Mulheres, bem como sobre os projetos a serem

realizados. Aproveitou a oportunidade para informar que enviou o relatório trimestral das atividades de julho a setembro para os e-mails dos Procuradores de Justiça. Por fim, solicitou sugestões e o apoio de todos, assim como agradeceu e se colocou à disposição de todos, ressaltando que sozinha não fará um trabalho bem feito. Após, os Procuradores de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes, Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando, Clotildes Costa Carvalho e Teresinha de Jesus Marques se manifestaram fazendo algumas considerações sobre a Ouvidoria das Mulheres e parabenizando a Ouvidora, Dra. Teresinha Borges. **Assuntos Institucionais.** O Procurador-Geral, Cleandro Moura, falou sobre a PEC 05, que busca alterar a composição do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a fim de que o Corregedor Nacional seja escolhido pelo Congresso Nacional. Disse que houve a rejeição da PEC com 11 (onze) votos de diferença, porém há a possibilidade de votação do texto original, visto que foi apenas um destaque apresentado. Falou que o Presidente da CONAMP solicitou apoio do MPPI, em razão da votação dos deputados do Piauí. Nesse sentido, pediu apoio ao Colegiado para que participe desse trabalho, por ser um órgão de gestão administrativa que pode auxiliar o PGJ nessa batalha. Os Procuradores de Justiça Aristides Silva Pinheiro, Clotildes Costa Carvalho, Antônio Ivan e Silva e Hosaias Matos de Oliveira se manifestaram acerca da PEC 05. Em seguida, o Procurador de Justiça Hosaias Matos de Oliveira compartilhou sobre uma conversa informal com o Promotor de Justiça Maurício Gomes de Souza, o qual confessou que era um ardoroso crítico da atuação das procuradorias recursais, porém pediu desculpas pelas críticas infundadas, vez que não tinha conhecimento da real situação das procuradorias. A Procuradora de Justiça Zélia Saraiva Lima falou que recebeu o Dr. Maurício no seu gabinete, e que inclusive o levou ao gabinete do Dr. Hosaias. Na oportunidade, mostrou ao Dr. Maurício todos os dados do trabalho realizado nas procuradorias recursais, o qual ficou muito agradecido e constatou que não está havendo uma comunicação dos dados do MPPI com o CNMP. Após, a Procuradora de Justiça Clotildes Costa Carvalho parabenizou os procuradores recursais, Dr. Hosaias e Dra. Zélia, pelo trabalho realizado de forma coerente, independente e respeitosa. Disse que o Dr. Maurício foi infeliz nas suas colocações,

entretanto se tornou um homem sábio quando pediu desculpas aos procuradores recursais. O Procurador de Justiça Aristides Silva Pinheiro disse que o trabalho das procuradorias sempre foi questionado, não só pelo Dr. Maurício, mas por outros membros também. Lembrou que, quando Corregedor, sempre foi defensor do trabalho das procuradorias, pois acompanhava a atuação, a produtividade e os dados estatísticos. A Procuradora de Justiça Teresinha de Jesus Moura Borges Campos parabenizou a Dra. Zélia e o Dr. Hosaias pelo brilhante trabalho que fazem junto às procuradorias recursais. Disse que não conhecia o trabalho na sua integridade, mas que durante uma reunião foram apresentados dados que demonstraram o valoroso trabalho das procuradorias recursais, que é de suma importância para o Ministério Público. O Procurador de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes registrou que recebeu a visita do Dr. Maurício, que reconheceu a importância das procuradorias recursais, e que juntos estão planejando uma oficina a ser desenvolvida pelos assessores das recursais, para treinar o Promotor de Justiça e orientá-lo desde o início da ação para preparação dos recursos aos tribunais superiores. Acrescentou que é uma forma bastante direta de reconhecer o valor das procuradorias recursais sob as orientações do Dr. Hosaias e da Dra. Zélia, bem como parabenizou os procuradores recursais pelo excelente trabalho. O Procurador-Geral parabenizou os procuradores recursais e disse estar feliz pelo reconhecimento do trabalho por todos os membros do Colegiado e, inclusive, por críticos de outrora. Na sequência, o Procurador-Geral informou que haverá a conversão de mais 10 (dez) dias de férias e licença prêmio em pecúnia, devendo o interessado enviar o requerimento no início de novembro, vez que o pagamento está programado para o dia 15 de novembro. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão virtual, e para constar, eu, Zélia Saraiva Lima, Procuradora de Justiça e Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça, lavrei a presente ata, que lida e aprovada vai assinada pelos presentes. Registre-se que, as deliberações desta sessão foram tomadas em ambiente virtual. Teresina, 25 de outubro de dois mil e vinte um.